

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Pai, afasta de mim esse cálice
de vinho tinto de sangue*
(*Cálice*, Gilberto Gil e Chico Buarque)

O DIA DA MENTIRA. A DITADURA NA MINHA OPÇÃO PROFISSIONAL¹

Marcia Paraquett

Marcia Paraquett é professora de espanhol na Universidade Federal da Bahia a partir de 2009, mas pertenceu ao quadro da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, de 1977 a 2007. Tem licenciatura em Letras (UFF, 1970), Mestrado em Letras (UFF, 1977), Doutorado em Letras (USP, 1997) e Pós-doutorado em Linguística Aplicada (UNICAMP, 2002). É autora de três livros, organizou dois outros e mais uma Revista, além de ter publicado diversos artigos na sua área de interesse científico. Atua no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da UFBA, orientando teses e dissertações na Linha de Pesquisa Aquisição, Ensino e Aprendizagem de Línguas, com foco no diálogo cultural entre o Brasil e a América Latina. É bolsista do CNPQ.

¹ Dados da publicação: PARAQUETT, Marcia. O dia da mentira. A ditadura na minha opção profissional. In: PARAQUETT, Marcia; SIQUEIRA, Sávio (Orgs.). *Caminhando e contando. Memória da ditadura brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2015, ISBN 978-85-232-1379-4, p. 227-252

*Para Renato, Nina e Daniel,
que justificam todas as minhas escolhas*

1. A morte da princesa

O dia 01 de abril de 1964 não foi o dia da mentira para mim². Estava com 16 anos e havia iniciado o Ensino Médio que, naquele momento, se dividia em duas modalidades: o Clássico e o Científico. Havia escolhido o Científico, porque achei que seria Economista, mas mudei de ideia no meio do caminho, depois de ter aulas com alguns professores dos quais não me esqueci nunca. Hoje sou Professora de Espanhol, formada em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), desde 1970, onde fui professora de 1977 a 2007, embora esteja na Universidade Federal da Bahia (UFBA), para onde fiz um concurso em 2009.

Passaram-se exatamente cinquenta anos daquele dia, do qual tenho vagas lembranças, mas me lembro, ainda com clareza, de uma conversa que ouvi na porta da casa de minha infância, quando escutei na voz de uma tia, por quem não tinha grandes afetos, que finalmente *Ele* havia renunciado e a paz voltaria ao Brasil. Não sabia de quem falava e nem o que significava a renúncia, embora mais tarde tenha podido compreender que se referia a João Goulart, o então presidente do Brasil. Ela e suas irmãs saltitavam de alegria e davam graças a Deus, por tê-lo feito compreender que não deveria resistir.

Fiquei mais de um mês sem ir à escola porque se manteve fechada. Estudava no Liceu Nilo Peçanha, uma escola de muita importância para a cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, onde nasci e vivi até os sessenta anos de idade. Estudar no Liceu era um privilégio e minha mãe se orgulhava muito disso. Eu também. Sabia que estava entre professores competentes e, quase todos, envolvidos com o processo político pelo qual passava o Brasil. Antes de 1964, talvez em 1963, lembro-me de ter participado de duas passeatas, pela Avenida Amaral Peixoto, vestindo o uniforme de meu colégio e conduzida pelo então diretor, o Prof. Landim, que nos levava pelas ruas, apoiado por outros professores, que nos ensinavam palavras de ordem, das quais não me lembro porque, certamente, nada significavam para mim. Mas gostava de estar ali, quem sabe, porque saíamos da rotina da escola ou porque não perdia uma única chance de exibir o uniforme de que tanto me orgulhava, com saia azul marinho e blusa branca.

Foi durante o Ensino Médio que soube que precisávamos lutar pela nossa liberdade. As aulas da professora Vera de Vives³ nos falavam de nossos direitos como estudantes de escolas públicas. Não havia cabimento que não houvesse material adequado ou livros disponíveis para todos os alunos. Tínhamos que falar com o diretor, porque ele saberia o que fazer. E sabia mesmo. Também não posso me esquecer das fantásticas aulas da professora Malca, onde ouvia coisas que nas conversas de minha casa não apareciam nunca. Essas professoras, sobretudo elas, cuidavam para que

² Para os que não sabem, em muitas regiões do Brasil, o dia 1 de abril é entendido como o dia da mentira, quando, por tradição, se preguem mentiras para se deixar alguma pessoa em situação embaraçosa. Não passa de uma brincadeira inocente e que vem perdendo força cultural.

³ Vera de Vives foi uma importante escritora e jornalista na cidade de Niterói/RJ. Viveu de 1925 a 2011, colaborando na formação de muitos jovens.

fôssemos cidadãos críticos, conscientes de nossos direitos. Essa consciência, no entanto, custou caro a alguns colegas, mas comigo nada aconteceu, pelo menos no nível de brutalidade como pude comprovar depois, quando já estava na Universidade.

Em 1963, fui eleita a Princesa da Primavera do Centro Pró-Cubango (CPC), uma entidade esportiva e social do bairro onde morava em Niterói. Embora tenha nascido numa família de baixo poder aquisitivo, meus sonhos em nada se diferenciavam das demais meninas de minha idade. O projeto era casar e ter alguns filhos. A Universidade não era um projeto de minha classe social, tanto que fui a primeira neta de meus avós maternos a fazer um curso superior, embora tivesse muitos primos mais velhos do que eu. Na família de meu pai, de onde trago o sobrenome Paraquett, já havia três primos ‘doutores’, que enchiam de orgulho minha avó e minhas tias, aquelas mesmas que falavam da renúncia de Jango.

Está claro para mim hoje que as mudanças que me permitiram sair daquele lugar tão pequeno e tão sem projeções ocorreram no Liceu Nilo Peçanha, no contato com aqueles professores e com alguns colegas, que vinham de outra classe social e que aspiravam, quase naturalmente, a carreira em nível superior. A escola pública, naquele momento, era a escola de prestígio. Em minha cidade, a classe média e a classe alta colocavam seus filhos nas escolas públicas, onde estavam os bons professores, embora no meu caso, fosse a única opção. Essa foi uma das heranças deixadas pela ditadura: o desprestígio da educação pública. A recuperação daquele status nos está custando muito trabalho, mas faz parte de minha militância.

Sem condições financeiras para comprar livros e sem ambiente propício para estudar em casa, passei muitas tardes do meu Ensino Médio na pequena biblioteca municipal, na Praça da República, em frente ao Liceu Nilo Peçanha. Ali fiz amigos e entendi a importância dos livros na minha vida. Li toda a literatura brasileira acessível naquele momento, desde os românticos aos contemporâneos, quando Érico Veríssimo e Jorge Amado eram duas grandes estrelas. Não teria tido a chance de ler se não fosse aquela pequena biblioteca, mas com acervo suficiente para dar rumo à minha opção profissional.

O sonho da Princesa da Primavera começou a ruir, dando lugar a uma nova menina que cresceria nos bancos da UFF.

2. O nascimento da professora

Ao ingressar na Universidade, fiz a opção pelo Curso de Português-Francês, porque já havia estudado alguns anos na Aliança Francesa⁴ e achava que o caminho poderia ser mais fácil. Mas a facilidade me desmotivou e, pronta para enfrentar os desafios que me estimulavam, solicitei transferência para o curso de Português-Espanhol. A funcionária que me recebeu, no entanto, me informou que não havia turmas abertas, mas como sabia da existência de uma professora paraguaia, convenci dois

⁴ Embora tivéssemos um padrão econômico muito baixo, o curso na Aliança Francesa foi pago por meu irmão (Roberto), apenas três anos mais velho do que eu, que já trabalhava desde os quatorze anos, num pequeno bar de uma de minhas tias paternas. Ele havia entendido que eu ‘dava pros estudos’, conforme sempre dizia minha mãe.

colegas⁵ que me acompanhassem naquela empreitada, resultando na reabertura das disciplinas do Curso de Espanhol na UFF. Era 1968.

Hoje tenho a consciência do privilégio de ter frequentado uma universidade pública num momento tão instigante para as juventudes de muitos países. O Brasil não foi diferente e me lembro da forte emoção que sentíamos com o movimento musical que crescia e nos dava orgulho de ser brasileiros. Eram tempos de canções de Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Ivan Lins, Edu Lobo, e de vozes como a de Milton Nascimento, Maria Bethânia, Nara Leão.

Mas que razões me teriam levado a escolher o curso de Espanhol? Por que não escolhi Inglês, a língua estrangeira que ganhava prestígio no Brasil? Por que não me mantive no Francês? Apenas aquela ex-aluna do Ensino Médio do Liceu Nilo Peçanha poderia responder a estas questões. Ela havia aprendido que tinha o direito a escolher o curso que quisesse. Até porque havia uma professora disponível e que ficou muito feliz em saber que teria novos alunos para quem ensinar tantas coisas fantásticas, como as que me ensinou. O desprestígio do Espanhol frente ao crescimento do Inglês não era um caso específico do Brasil e se explica por razões que fogem a meus interesses agora. Mas, no nosso caso, essa limitação se juntava aos interesses dos governos militares, que fizeram um grande esforço para apagar ou dificultar nossa relação cultural e política com países de Língua Espanhola da América Latina, particularmente, com Cuba.

Para minha sorte, essa intenção de apagamento não resultou nunca, pois as aulas da Professora Isidora me permitiram o contato com autores como Cervantes, Lorca, Unamuno, Machado, Calderón de la Barca, Góngora, Quevedo, García Márquez, Vargas Llosa, Neruda, Borges, Cortázar, Juan Rulfo, Alejo Carpentier, Roa Bastos ou Miguel Ángel Asturias, o escritor que a fascinava. Lembro-me, ainda, do impacto que me provocou a leitura da primeira página de *El Señor Presidente* (1946), de Miguel Ángel Asturias (1899-1974): “alumbra, lumbre de alumbre, Luzbel de piedralumbre sobre la podredumbre”. Certamente esse fascínio passou para mim, tendo-me levado, inclusive, a usar esse mesmo texto do autor guatemalteco na prova didática de meu primeiro concurso público, quando, quase dez anos depois, pleiteava uma vaga de professora naquela mesma Universidade, justamente para ocupar a que deixava minha querida professora ao se aposentar pelo sistema de aposentadoria compulsória.

Mas não foram apenas alegrias, pois, além dessas experiências fantásticas, o curso de Licenciatura em Letras me mostrou o autoritarismo do sistema ditatorial sob o qual vivíamos, pois tive a infeliz oportunidade de conviver com a truculência de muitos soldados do Exército que ocupavam os corredores de minha faculdade, tentando amedrontar-nos e silenciar-nos com suas armas. No mesmo prédio onde funcionava o curso de Letras, ficavam os de Matemática, Pedagogia, Geografia e História, o que me levou a participar de um Diretório Acadêmico (DA) único⁶, onde havia diferentes tendências ideológicas, embora predominassem as ideias aprendidas naquelas difíceis leituras das obras de Karl Marx.

⁵ Esses colegas eram Waldir, que estudava à noite na mesma turma que eu, e Iuri, um queridíssimo colega do diurno, que morreu em 1970, um pouco antes de concluirmos o curso, vítima de um tumor no cérebro, possivelmente ocasionado pelos trotes que recebeu na Escola da Marinha, onde estudara, antes de transferir-se para o Curso de Letras da UFF.

⁶ O último presidente daquele DA foi Luiz Fernando Gualda, um dos autores deste livro.

Dentre tantos episódios que vivemos, quero recuperar o que talvez mais tenha me assustado. Porque trabalhava numa empresa pública de eletricidade, chegava atrasada todos os dias, perdendo parte da primeira aula. Como os professores sabiam de minha impossibilidade, nunca me criaram problemas, mas houve um dia, talvez em 1969 ou 1970, que encontrei alguns colegas na rua, inquietos, contando que havia acontecido uma briga dentro de nossa sala de aula. No primeiro momento, nenhum de nós pôde entender os motivos, mas como os dois eram militares, não tardou muito que soubéssemos que pertenciam a facções diferentes e que um deles não passava de espião. Ou seja, frequentava as aulas com o propósito de controlar o movimento na universidade, o que me pareceu uma inverdade, já que se tratava de um colega simpático e muito amável com todos nós. Não apurei nunca se foi verdade ou mentira, mas não os vi mais no mesmo espaço físico. Onde estava um o outro não se aproximava, criando uma sensação desconfortável, de medo, de susto e de desconfiança.

É nesse contexto da política nacional que se dá uma espécie de racha dentro das Forças Armadas, dividindo coronéis e oficiais de patentes mais baixas. Já havia ocorrido a substituição de Costa e Silva por Médici, quando passamos a ser governados pelo regime puramente militar. O vice-presidente de Costa Silva (Pedro Aleixo), que era civil, tinha sido impedido de seguir seu mandato ao lado do General Emilio Garrastazu Médici. Posso imaginar que meus colegas fossem de grupos separados, o que teria justificado o confronto com arma de fogo que tanto me assustou.

Talvez eu fosse mais alienada do que outros colegas, mas não me lembro dessas conversas ocuparem nossas aulas e nem os deliciosos momentos que se estendiam após as aulas, sobretudo para os que participávamos do grupo de teatro. Embora muito timidamente, foram esses ambientes, particularmente o DA e o grupo de teatro, que me ajudaram a compreender questões de ordem política e ideológica que orientaram minhas escolhas no campo profissional e pessoal, mas nada disso estava muito claro naquele momento. Mais me interessavam a conversa no bar, as primeiras cervejas, a descoberta do sexo, enfim, a liberdade. No entanto, não me dava conta de que minha liberdade estava totalmente coibida, mas tinha uma imensa sensação de ser moderna e estar participando da modernidade daquele mundo, tão novo e tão instigante para aquela menina, recém-saída daquele bairro periférico.

Outro episódio de extrema importância para minha formação se deu numa viagem que fiz ao Paraguai com minha professora e um colega (Flávio). Saímos os três do Rio de Janeiro, em ônibus, em busca de aventura, pelo menos para mim e para ele, pois nossa professora ficaria hospedada na casa de sua família. Era 1969 e o Paraguai estava sob o domínio ditatorial do General Stroessner. Foi minha primeira viagem internacional, realizada em condições financeiras muito precárias, o que nos levou a ficar hospedados no quartel do exército paraguaio, ocupando um quarto pequeno que dividíamos para os dois. Aquela hospedagem foi um privilégio obtido através do prestígio de nossa professora, tendo-se transformado numa experiência inigualável para nós dois. Lembro-me, ainda com náuseas, do cheiro e do gosto do mingau que tomávamos como café da manhã, ao lado de muitos recrutas paraguaios, num salão imenso. Quase todos descalços e vestidos com uma roupa leve, embora fizesse muito frio. Nunca me senti tão olhada, naquele salão com muitos homens, onde apenas eu era mulher.

Nosso alojamento ficava fora da cidade e a forma que encontramos para passear em Assunção foi através de caronas. Nesses percursos, nos apresentávamos como estudantes brasileiros que estavam no Paraguai com a missão de estabelecer convênios com universidades paraguaias, embora não tivéssemos nenhuma autorização oficial de nosso país para representá-lo. Como sempre escolhíamos carros bonitos e elegantes, coincidiu que numa dessas vezes fomos agraciados com a companhia de um alto funcionário do Ministério da Educação, que nos recebeu em seu gabinete e nos apresentou ao estudante que dirigia, naquele momento, o Diretório Nacional de Estudantes. Chamava-se Roberto Reyes, com quem troquei cartas por algum tempo depois de nossa viagem.

É claro que Roberto dirigia o Diretório com a autorização do sistema, mas isso não me chamou a atenção de imediato. No entanto seu contato foi muito importante para nossa experiência, porque pudemos visitar algumas escolas públicas e a Universidade Católica, onde conhecemos outros estudantes, aí sim contrários ao regime. Havia uma moça, de cujo nome não me lembro, e com quem também mantive correspondência por algum tempo, que nos mostrou o lado duro da ditadura. Ela e outras pessoas haviam ficado presas na igreja da Católica por dois ou três dias, comendo o pão e bebendo a água que os familiares jogavam pelas janelas, porque o exército fechou as portas durante uma missa, na qual se incitavam os ânimos dos estudantes contra a ditadura.

Ela nos apresentou a um professor que ocupava alguma função administrativa na Católica e que nos levou a um grande salão, cujo chão era de tábuas corridas. Ele levantou uma das tábuas e pudemos ver um arsenal de armas, comprovando que estavam preparados para a luta armada. Nunca tive tanto medo na minha vida. Quis sair correndo e fugir daquele país, antes que eu morresse junto com aqueles jovens. Essa foi, certamente, a experiência mais emocionante que vivi durante meus anos universitários. Fiquei sempre atenta às notícias, mas nunca houve a tal revolução que pudesse ter diminuído o tempo de Strossner no controle do país, no qual se manteve até quando se cansou de brincar de ditador.

Outro contato muito interessante, feito durante os percursos entre o alojamento e Assunção, ocorreu num dia que chovia e não conseguimos uma carona num carro elegante. A solução foi seguir numa camionete preta, dirigida por um homem que levava galinhas para vender no mercado. Esse homem, no entanto, era poeta e músico, tendo inclusive participado de um dos festivais brasileiros da canção, que fortemente marcaram minha geração naqueles anos sessenta. Não me lembro de seu nome, mas fico achando que era Roberto. Talvez o Reyes não fosse Roberto e eu tenha me confundido. O que importa é que este Roberto nos convidou para uma festa em sua casa ou na casa de um amigo, onde vi pela primeira vez o uso de drogas. O mundo se abria para mim e minha mãe se assustaria se soubesse das experiências que sua filha que 'dava pros estudos' estava vivendo. Naquela festa também aprendi que, mesmo sendo mulher, não levava todos os homens que quisesse. Passei a noite disputando um homem com outro homem e perdi. Não sabia, até aquele momento, que um homem poderia preferir outro homem, embora eu fosse não bonitinha e virgem.

Finalmente, Flavio e eu conseguimos uma audiência no Consulado brasileiro, valendo-nos do contato feito com o funcionário do Ministério da Educação, e assinamos um documento que estabelecia o *Centro de Intercâmbio Cultural Latino-americano*,

cuja proposta era formalizar um “intercâmbio permanente entre o Estado do Rio de Janeiro e o Paraguai, dentro dos princípios de fraternidade existente em nosso Continente Americano”. Esse convênio bastante pretensioso nunca ocorreu, mas vivemos uma agradável sensação de ter cumprido uma bonita missão naquela viagem.

Terminamos nosso curso de Graduação em dezembro de 1970, exatamente no dia 16, quando houve uma festa de formatura, da qual só participei da colação de grau, porque era obrigatória. Vesti uma blusa branca e uma saia longa em tons de azul, feitas pela minha mãe, que era costureira. Saía da universidade muito diferente de como entrara. Trazia na bagagem conhecimentos e vivências que afetariam de forma definitiva a minha atuação profissional, que sempre foi o lugar de minha militância.

3. A professora do(a)s patricinho(a)s

Em 1969, tomei a decisão de deixar a empresa pública onde trabalhava para dedicar-me ao magistério. Mas porque ainda não estava formada, o mercado de trabalho se restringiu à escola privada, onde aprendi muito na relação com o patronato e com a família de alunos de classes média e alta.

A primeira escola onde trabalhei se chamava Ginásio Guanabara, depois de ter sido entrevistada pela diretora, professora Ana Maria Portugal, bastante jovem para estar dirigindo uma escola, que, embora pequena, ocupava uma rua do bairro mais elegante de Niterói naquele momento. O bairro de São Francisco, que ainda se chamava Saco de São Francisco, abrigava três tipos de família: os ricos, os emergentes e os alternativos. Como nossa escola tinha uma proposta vanguardista para a época, seguindo o modelo construtivista, cativamos alunos oriundos de famílias que acreditavam numa educação para a liberdade. Mas também recebemos filhos de generais ou de pessoas influentes que, devido à facilidade de locomoção, optaram por deixá-los na escola do bairro.

Sem nenhuma experiência e cheia de ilusão, fiz quase tudo de errado que um(a) professor(a) pode fazer. Foi o meu laboratório e devo àquele(a)s menino(a)s e àquele(a)s colegas o tanto que aprendi. Fiquei lá por três anos, até que a escola foi fechada, porque a proprietária, que nunca aparecia, se sentiu intimidada depois que um de seus professores foi morto pelo sistema. Lembro-me do dia em que cheguei à escola e as portas estavam fechadas. Nossa querida diretora, assustada, nos contava que Jaques, o professor de História, tinha sido morto por encapuzados, numa escola pública da cidade do Rio de Janeiro, enquanto trabalhava num mimeógrafo a álcool, onde tirava as cópias da prova que aplicaria a seus alunos. Não o vi morto, mas tive aquela imagem por muitos anos na minha mente. Recordava-o sempre afável com os alunos, mas duro nas reuniões que fazíamos com os demais professores. Era muito branco e falava pouco, mas me defendeu num dia em que um pai de aluno ligou para a escola, pedindo que eu fosse substituída por outro professor de Português, porque estava perseguindo seu filho.

Essa perseguição, na cabeça daquele pai, não passava de minha incompetência para lidar com alunos minados e inquietos, que buscavam na escola o espaço da liberdade que, certamente, não tinham em casa. Jaques cobrou da diretora uma atitude precisa, intensa e inequívoca, que mostrasse àquela família, que a escola tinha autonomia e que a rigidez que se via na minha atuação era a mostra do compromisso

coletivo de todos os professores daquela escola. Ele virou meu ídolo e chorei quando morreu. E, de novo, senti muito medo.

Depois que a escola fechou, alguns professores fomos indicados para outras escolas de Niterói, com carta de recomendação da proprietária e da diretora. Eu fui para o Colégio São Vicente de Paulo, uma escola religiosa, de forte tradição na cidade, talvez, naquele momento, o lugar para o qual eram mandadas todas as meninas das classes alta e média de minha cidade. Foi outra grande experiência ter tido contato com diretoras religiosas em pleno sistema autoritário.

Continuei como professora de Português, porque não havia, naquele momento, nenhuma escola onde o espanhol fosse disciplina, com exceção do Centro Educacional de Niterói, onde fiz meu estágio nas turmas da professora Magnolia Brasil, que depois veio a ser minha colega na UFF, e de quem sou grande amiga e admiradora até hoje.

Muito rapidamente cresci no São Vicente de Paulo, valendo-me da aprendizagem que havia tido no Ginásio Guanabara. Manifestava-me nas reuniões de professores e aprendi a conviver com meninas preparadas para serem princesas. A escola se abria, naquele momento, para receber meninos, tornando-se mista e afetando uma tradição que muitas famílias viam como positiva, pois ‘protegia’ suas meninas num mundo cor de rosa. Minha postura, sempre questionadora e com forte liderança entre os alunos, me levou a ocupar um cargo, nada importante, mas que me deu visibilidade entre os colegas. Como subcoordenadora de língua portuguesa, passei a assessorar o primeiro segmento do ensino fundamental⁷, orientando para uma formação mais laica e menos religiosa, sem saber que os olhos centrais da escola mantinham o foco nas minhas atitudes.

Nas minhas aulas, trabalhava com textos do cancioneiro brasileiro, e me lembro do impacto que provocava nos meus alunos, sobretudo no secundário, quando lia poemas-canções como *Construção* ou *Deus lhe pague*, de Chico Buarque. Não tinha a compreensão que tenho hoje, no que tange a procedimentos teórico-metodológicos de leitura de textos, mas por intuição (ou porque repetia alguns professores sem sabê-lo), dava mais atenção aos sentidos do que à forma da língua. Ensinar o tal sujeito e o objeto direto era uma exigência que seguia de minha coordenadora, mas meu desejo era ficar destrinchando aqueles textos, ajudando-me e ajudando meus alunos a compreenderem as mensagens subliminares, como em *Cálice*, também de Chico, feita em parceria com Gilberto Gil.

Aventureiramente, não me dei conta de que levava os alunos do Colégio São Vicente de Paulo a entenderem que o verso *Pai, afasta de mim esse cálice* significava, metaforicamente, que não deveriam calar-se diante da voz patronal, fosse esse patrão o Pai, o pai ou o ditador. Eu lhes estava ensinando a dizer: *Pai, afasta de mim esse cale-se, esse silencie-se, esse obedeça e não questione*. Isso dito numa escola religiosa, absolutamente comprometida com os interesses da Igreja conservadora e uma classe média e alta felizes com o país que crescia economicamente, foi o motivo para minha demissão. Com uma barriga de oito meses de gravidez, ouvi na voz da freira e

⁷ Naquele momento, falava-se em primário, ginásio e secundário, correspondendo hoje ao fundamental 1 (1º a 5º ano), fundamental 2 (6º a 9º ano) e ensino médio (1º a 3º ano), constituindo-se essas três etapas em educação básica. Como professora de Português, eu dava aulas a aluno(a)s do ginásio e do secundário, mas era coordenadora do primário.

professora Roseli, que representava a diretora, Catarina Mourão, que eu era nociva àquela juventude. Sem nenhum direito de recurso, apesar de meu estado avançado de gravidez, fui para casa chorar e silenciar-me, com a desculpa de que agora só teria tempo para cuidar dos filhos. *Pai, afasta de mim esse cale-se.*

Renato nasceu, duas semanas depois de minha demissão, por justa causa. Era dezembro de 1974.

4. A professora da escola pública

Em 1971, já formada, comecei a dar aulas no curso noturno de uma escola técnica de Niterói, Aurelino Leal, como professora contratada. Meus alunos, portanto, eram do Ensino Médio e se preparavam para a atuação profissional, pois a projeção para a Universidade era, naquela modalidade, pouco comum. Tomei contato com estudantes que, via de regra, trabalhavam durante o dia e estudavam à noite, permitindo-me o contato com um público mais maduro e, conseqüentemente, mais responsável. Mantive-me naquela escola até 1977, embora em 1975, tenha sido aprovada em meu primeiro concurso público, sendo designada para a Escola Normal Carmela Dutra, num bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro (Madureira), cujo público estava constituído de alunas que pretendiam a carreira do magistério de primeiro segmento.

Ao tomar posse de meu cargo, por estar grávida, acabei ocupando uma vaga na secretaria da escola, de forma a não atrapalhar o ano letivo quando precisasse me ausentar. Portanto, minha experiência como professora no Carmela Dutra foi quase nenhuma e, após o nascimento de Nina (fevereiro de 1976), fui transferida para o Centro de Estudos Supletivos (CES), que funcionava no Edifício da Secretaria de Educação, em Niterói. Essa mudança se deu por dois motivos: o primeiro pela facilidade que significava trabalhar perto de casa, quando já tinha dois filhos. O segundo, porque participaria de um projeto muito vanguardista para a época, que consistia na produção de material didático a ser utilizado em curso semipresencial para alunos do Supletivo⁸. Meu trabalho consistiria, portanto, na produção de apostilas, de Língua Portuguesa, que pudessem ser utilizadas pelos alunos do CES, embora eu não os orientasse, nos encontros presenciais do curso.

Fiquei pouco tempo desempenhando aquela função, porque imediatamente a coordenadora do projeto, Eliana Bueno⁹, que havia sido minha colega na Licenciatura e com quem havia feito o Mestrado na UFF, convidou-me para compor a equipe de línguas estrangeiras, que começava a ser formada. Naquele momento, as leis brasileiras não obrigavam o ensino de línguas estrangeiras para alunos do Supletivo, mas como o projeto era muito vanguardista, abrimos uma espécie de curso de línguas, dentro do CES, atendendo nossos alunos e ofertando vagas para a comunidade. Dessa forma, mesmo sem ter a real noção do que estávamos fazendo, (re)abrimos a oferta de Espanhol como disciplina escolar, em instituição pública, no Estado do Rio de Janeiro.

Já que as línguas estrangeiras não eram disciplinas obrigatórias para os alunos do CES, participavam dos cursos os que tinham disponibilidade de horário, posto que as aulas eram presenciais e, portanto, em horário fixo. Mas criamos uma metodologia que

⁸ O que se conhecia como Supletivo se denomina, hoje, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

⁹ Eliana Bueno é autora neste livro.

se distanciava do modelo tradicional das escolas e dos cursos de idiomas, transformando a sala de aula num espaço de interação, de discussão e de conhecimento das culturas das línguas estrangeiras. No meu caso, particularmente, procurei levar os conhecimentos que havia adquirido no meu curso de Licenciatura, recuperando a proposta da minha ex-professora, já tão ultrapassada, diante das tendências do ensino comunicativista que surgia para ficar. Em lugar de lições de ensinarem *¡hola!, ¿qué tal?*, apresentei autores que os levassem a conhecer a produção cultural de países de Língua Espanhola e, entre tantas coisas que lemos, o teatro de García Lorca garantiu as salas cheias e me deu a oportunidade de falar da ditadura espanhola, de questões de gênero e de religião, temas tão frequentes na sua literatura.

Fiquei no CES até 1991, dedicando-me aos alunos do Supletivo por catorze anos, tempo que serviu para aprimorar minha experiência como professora de Espanhol, mas, sobretudo, para conhecer esse segmento, sempre tão abandonado pela educação brasileira. Naquele ano, decepcionada com os rumos da política no meu Estado¹⁰, pedi exoneração de meu cargo e solicitei o regime de Dedicção Exclusiva (DE) na UFF, para onde já havia feito concurso desde 1977. Mas o CES tinha tamanho significado para mim, que só fui me dar conta do meu compromisso com a Universidade anos depois.

No mesmo ano de 1977, nascia meu terceiro filho, Daniel. Ficava cada vez mais difícil conciliar a criação de três filhos e duas instituições que me exigiam muito: o CES e a UFF. É natural, portanto, que tivesse que fazer uma opção, de forma a dar conta de tamanha exigência. Falava-se pouco na ditadura e o país seguia um rumo morno, sem muita criação cultural e nem movimento político. Ou, talvez, fosse eu que estivesse fechada no meu mundinho, olhando apenas o que a vista alcançava. Na verdade, foram tempos de pouca leitura e pouca circulação em cinemas ou em teatros. A vida acontecia entre o trabalho e a casa, mas se acumulava dentro de mim uma energia que só explodiria no início dos anos 90, quando a ditadura já havia terminado, mas eu ainda guardava *uma sede de antontem*¹¹. A partir de então, fiz minha própria abertura política.

5. O nascimento da pesquisadora

O Doutorado foi adiado por muitos anos, mas finalmente em 1992 estava na Universidade de São Paulo. Meu projeto se alinhava à minha formação e atendia a uma demanda sazonal: a relação entre história e literatura, tão comum naquela década entre estudiosos latino-americanos. Foram tempos de se falar em romance histórico e na delicada e instigante relação entre narrativas de ficção e historiográficas. Eu também fui contaminada por aquelas tendências, o que me levou a produzir uma tese na qual procurei compreender a relação entre História e Literatura, tomando como base a obra do escritor guatemalteco, Arturo Arias, particularmente, *Jaguar en llamas* (1989), um incrível romance, no qual parodia sarcasticamente a história de seu país e, por extensão, da América Latina. Observe-se que o país de Miguel Ángel Asturias (Guatemala)

¹⁰ Em 1990, Leonel Brizola foi eleito, pela segunda vez, governador do Rio de Janeiro, mas no primeiro ano de seu governo tomou decisões que contrariaram a expectativa dos que havíamos apoiado sua reeleição. Lembremos que em 1992, não apoiou a campanha pelo impeachment do então presidente Fernando Collor, decepcionando seus eleitores.

¹¹ Parte de um verso da canção *Feijoada Completa*, de Chico Buarque.

continuava a habitar meu imaginário como espaço de representação política e ideológica daqueles que estão à margem do poder hegemônico: *alumbra, lumbre de alumbre...*, era o que, de certa forma, eu continuava esperando para meu país e meu Continente.

Basta conhecer um pouco da história da Guatemala para compreender que minha opção estava relacionada à minha experiência com a ditadura brasileira e minha formação profissional. O romance de Arturo Arias, assim como sua produção ensaística, fala de temas com os quais me identifico, tendo escolhido seu discurso para manifestar minhas inquietações. Com ele, aprendi que “todos intentamos historificar [...] porque adquirimos sentido en la medida en que hacemos un recuento” (ARIAS, 1998). E é o que estou fazendo agora, já que este artigo nasce, exatamente, dessa necessidade de contar ou recontar a minha história, que é, ao mesmo tempo, a história de meu país.

Após o Doutorado, ainda muito atenta ao tema das ditaduras, fui verificar se na produção literária hispano-americana dos anos de 1990, sobretudo na sua segunda metade, nasceria uma nova abordagem para se recontar a história. Acreditava que a nova narrativa literária, de extração histórica¹², se ocuparia com a limpeza das palavras contaminadas pelos regimes autoritários e pela história oficial de nosso Continente. Parecia-me que seria a primeira tarefa a ser cumprida para que essa literatura pudesse escrever sua história, pois, com palavras censuradas, alteradas ou desgastadas, seria impossível empreender-se essa difícil missão. Hoje, estou segura de que muitos escritores colaboraram com essa tarefa: são os *escritores da democracia recuperada*, para valer-me de expressão utilizada por Mempo Giardinelli (1998), naquele contexto.

Foi o caso da escritora argentina, Liliana Heker, em especial no romance *El fin de la historia*, publicado em 1996, que se constrói a partir das relações entre duas personagens femininas: Diana Glass e Leonora, amigas desde os anos 50, quando frequentavam a Escola Normal. Diana, cujo sobrenome, em inglês, significa “óculos”, é míope e, com sua visão “polissêmica”, escreve um romance onde Leonora é a protagonista. Dessa maneira, a narrativa de Liliana Heker se constitui da união de dois discursos diferentes e separados, que confundem o leitor nos deslizamentos intencionais, mesclando-se, portanto, a *escrita de si* e a *escrita de outrem*¹³, num amálgama que deu ao romance uma estrutura bastante condizendo com a época.

No texto há um sem fim de vocábulos destacados e que se apresentam como objetos de observação, ocupando, intencionalmente, a atenção de personagens, narradores e, claro, de leitores. Entre elas, se destacam três: “mar”, “madre” e “desaparecido”, palavras vitalmente relacionadas à história da ditadura Argentina (1976-1983).

No romance, a palavra “mar” se relaciona a “capitán” e se explica, porque a narradora as associa ao mundo real e imaginário. Ou seja: os personagens femininos, na infância, davam a essas palavras um sentido de fantasia, próprio ao mundo da literatura infantil, quando os capitães comandavam os navios que carregavam as ilusões pelos mares inventados. No mundo da realidade, essas palavras estão associadas ao lugar onde

¹² Termo cunhado por André Trouche na sua tese de doutorado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1998.

¹³ Estou fazendo uma oposição entre a escrita autobiográfica (*escritas de si*) e a literária, quando há a figura do narrador (*escrita de outrem*). No caso do romance de Heker, a *escrita de si* é ficcional, por suposto.

Leonora esteve presa e torturada: a Escola da Marinha, onde os capitães da infância se transformaram nos torturadores. A ruptura de sentido e o drástico roubo de significação se manifestam em protestos por parte da narradora, que lamenta não mais poder dizer “mar” e “capitão”, sem que o novo sentido dessas palavras destrua a ilusão de um mundo em paz.

A palavra “madre” (mãe) estabelece uma conexão de sentido facilmente apreendida. A referência são as “Madres de la Plaza de Mayo” (hoje, “Abuelas”), movimento nascido do silêncio em palavras e de denúncia em ação. Mães dos filhos mortos pelo sistema e mães que, nos cubículos da prisão, tinham seus filhos recém-nascidos roubados por famílias militares. O pretexto encontrado por Liliana Heker para colocar em destaque essa palavra revela ao leitor a mais reprimível ação denunciadora do romance: a traição. Ou sobrevivência. Leonora não resiste à tortura, colaborando com o sistema em troca da vida de sua filha. Por sorte, a palavra, “madre” não foi roubada pelo sistema autoritário, pois, ao contrário, as Mães da Praça de Maio são um símbolo de resistência. Na contramão do discurso autoritário, o sentido primeiro desse vocábulo ficou ainda mais forte, mais político e mais denunciador na trama da literatura.

A terceira palavra toca numa peculiaridade das ditaduras militares do Cone Sul. Estar ou ser “desaparecido”? Essa é uma questão importante, pois parece que os aspectos semântico e morfossintático da palavra foram modificados pelo sistema autoritário de nossos países. Como se lê no romance, “desaparecer” era, desde os tempos do gênio da lâmpada maravilhosa, uma ação interrompida, quando uma pessoa podia ver aparecer e desaparecer pessoas, lugares, coisas. Mas, os “desaparecidos” argentinos não voltaram a ver a luz. Este verbo de sentido transitório passou a permanente, já que na Argentina autoritária, o que *estava* desaparecido, na verdade, *era* desaparecido.

6. O fim do conto

Ocupei-me de produzir uma ‘autobiografia como ensaio’, entendendo-a como uma escrita que se pretende ensaística, ao mesmo tempo em que assume o sujeito como autor ou testemunho do que está ensaiando (Figueiredo, 2013)¹⁴. Essa escolha se explica pela proposta de recuperar a minha memória da ditadura brasileira, pois, como testemunha daqueles acontecimentos e como pesquisadora, tenho interesses em produzir textos que ajudem às novas gerações, nossos alunos universitários em particular, a perceber de que maneira fomos afetados pelos episódios ocorridos entre 1964-1985. Porque me dedico à formação de professores de espanhol que atuarão em escolas da educação básica, estou sempre recorrendo à Literatura e à História, essas duas disciplinas (ou duas discursividades) que me ajudam a levar a meus alunos o compromisso que precisam ter diante da responsabilidade na formação de cidadãos brasileiros.

Tomo a formação de professores como exercícios de reflexão e de prática que permitam nosso posicionamento diante da vida, durante nossa experiência escolar. O mais atual documento nacional brasileiro, emitido pelo Ministério da Educação, reafirma que

¹⁴ Eurídice Figueiredo é autora neste livro.

[...] educar para os direitos humanos, como parte do direito à educação, significa fomentar processos que contribuam para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, crença religiosa, orientação sexual e opção política, ou qualquer outra diferença, combatendo e eliminando toda forma de discriminação. (BRASIL, 2013, p. 165).

Por isso a escola joga um papel fundamental na educação intercultural dos cidadãos brasileiros. Educar para os direitos humanos é discutir e compreender as diferenças étnicas, sexuais, religiosas ou de ideologia, cuja convivência nem sempre é passiva. Todos temos o direito de escolher nossas identidades, que se formam depois de muitos embates que travamos com nós mesmos. O que ouvimos e vemos em nossa casa, na escola ou nos diversos espaços socioculturais que frequentamos nos leva a fazer escolhas, que nem sempre são as mais fáceis, sobretudo, quando diferem da maioria. Mas só fará escolhas conscientes e maduras aquela pessoa que tiver a oportunidade de conhecer o que é diferente do que predomina em seu grupo familiar, escolar ou social. Revelar o diferente, sem preconceito e sem reduções de valores, é propiciar o amadurecimento e a autonomia de uma sociedade. Isso é educação intercultural. Ou, em outras palavras, é educar para a diferença; educar para os direitos humanos.

Falar de direitos e deveres no Brasil demanda reflexões e ações efetivas, bastante complexas, mas possíveis de ocorrerem em médio prazo. Vivemos num país com dimensão continental, o que, por si só, implica dificuldades estruturais. Somado a isso, nosso processo histórico deixou marcas que acentuam o desequilíbrio de direitos entre os diversos segmentos sociais e culturais. Ainda hoje, lamentavelmente, o direito à escola está negado para alguns segmentos, em especial, no Ensino Médio e Superior. Essa negativa não se dá por políticas explícitas, mas por práticas veladas de apagamento ou de abandono às classes mais pobres.

Veja-se, portanto, que não faltam razões que me motivem a empreender esforços com projetos interdisciplinares e interculturais sobre nossa história recente, fazendo com que a recuperação da memória da ditadura militar nos leve a ocupar, definitivamente, posições mais dignas no ranking mundial.

CONSULTAS:

ARIAS, Arturo. *Jaguar en llamas*. Guatemala: Cultura, 1989.

ARIAS, Arturo. *La identidad de la palabra. Narrativa guatemalteca a la luz del Siglo XX*. Guatemala: Artemis & Edinter, 1998.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2013

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao Espelho. Autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

GIARDINELLI, Mempo. *El país de las maravillas*. Los argentinos en el fin del milenio. Buenos Aires: Planeta, 1998

HEKER, Liliana. *El fin de la historia*. Buenos Aires: Alfaguara, 1996.

NORA, Pierre. *O acontecimento e o historiador do presente*. IN: A Nova História. Coleção Lugar de História. Lisboa: Edições 70, 1984.